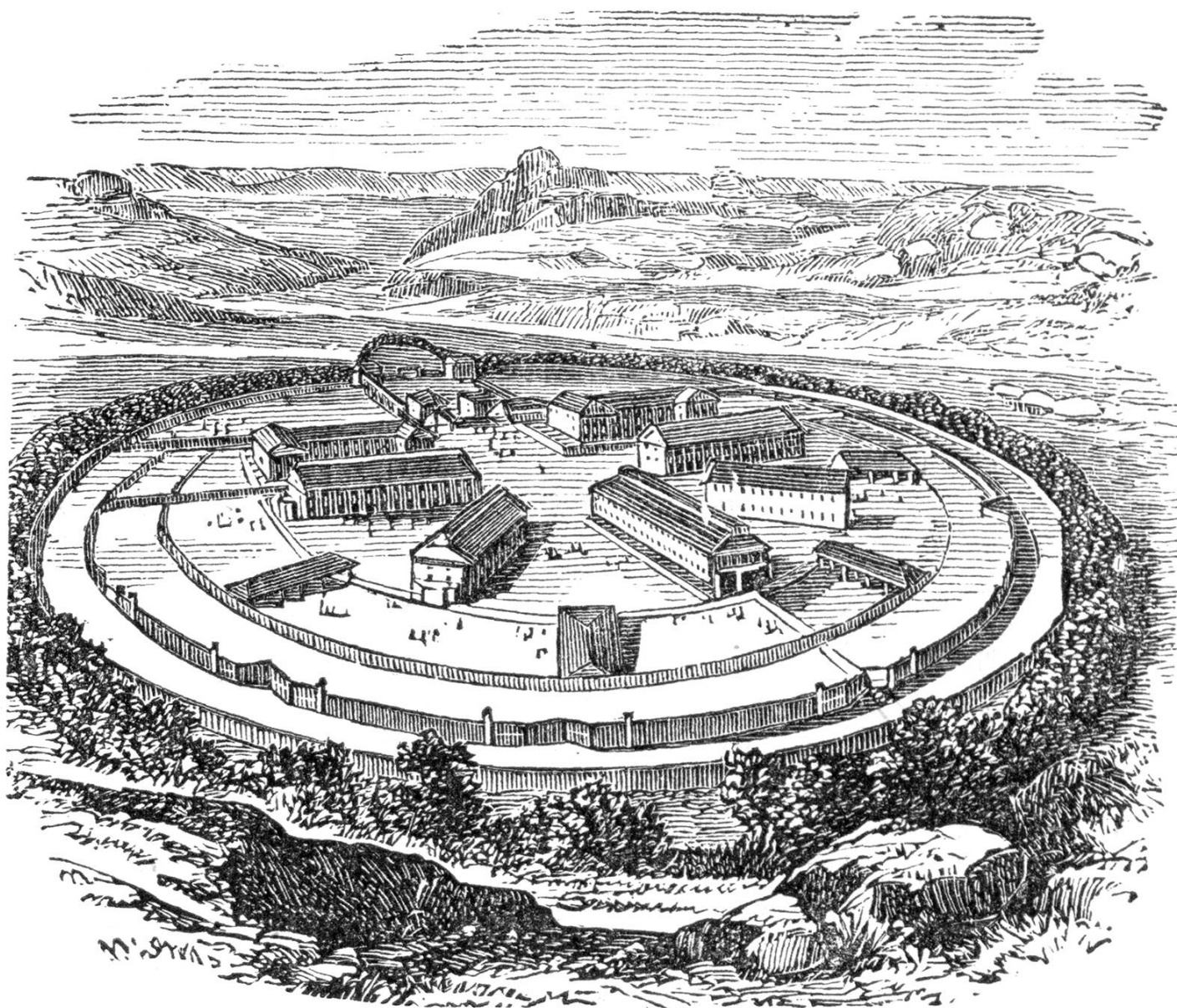


# nordês

PERIÓDICO ANARQUISTA

UMHA COLABORAÇÃO ENTRE  
A IRMANDADE DA COSTA E  
ARDORA (S)EDIÇÕES ANARQUISTAS



N09 · DEZEMBRO 2018

DE GREVES E GREVES E  
LUITAS NA PRISOM

CONTINUA A MASACRE AO  
POBO MAPUCHE

SOBRE ANARQUISTAS DE  
ULTRAMAR

# A GREVE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PRISONS PISOTEA OS DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS E DAS SUAS FAMÍLIAS

FAMILIAS FRENTE A LA CRUELDAD CARCELARIA

**C**omo sabe todo mundo, já que a prática totalidade dos meios de comunicação levam muitos meses arejando exaustivamente as suas argumentações, os funcionários públicos da Secretaria Geral de Instituições Penitenciárias —excluídos, por tanto, os que estão às ordens da Generalitat— realizaram, em outubro e novembro, seis jornadas de greve geral. Para os convocantes, um «çxito», com alta percentagem de participação. A culminação dumha campanha propagandística e de mobilizações, que foi in crescendo durante o último ano e médio. Ou da sua primeira etapa, já que pensam seguir pelo mesmo caminho mentres nom se atendam as suas demandas.

Os porta-vozes dos seus sindicatos —ACAIP, CSIF, CCOO, UGT e CIG— dizem que, desde que começaram os recortes pola crise, a sua vida é um «calvario», que a sua situação laboral é precária e o seu salário escasso, que os seus modelos estão diminuídos, envelhecidos e pouco formados e, sobretudo, que aumentaram desmesuradamente as agressões da população encarcerada cara eles. Exigem, entre outras coisas, acréscimo de salário, incremento das plantilhas, reativação do protocolo contra essas supostas agressões aprovado polo anterior governo, e que se lhes considere «agentes da autoridade». «Estamos a pedir ao Governo que nos ampare, que nos proteja», dizem. «Como faltam funcionários públicos, o ser-

viço público penitenciário deteriora-dr, controla-dr pior aos internos e há mais agressões». Apresentam-se como vítimas da violência das pessoas presas. «O teu abandono pode-me matar?», rezam alguns dos seus cartazes.

Para nós, umha mentira nom se converte em verdade por muito que se repita. E desde a nossa perspectiva vê-se um panorama dos cárceres espanhóis totalmente diferente: a muitos dos nossos familiares presos tem-se-lhes torturado e maltratado; existe um regime de castigo que destrói física e mentalmente a quem o sofrem; translada-se arbitrariamente às pessoas presas, desarraigando-as do seu meio social e familiar; a comunicação com a rua está moi restringida, igual que o acesso à cultura e à

educaçom; censuram-se as publicaçoms e nom existe liberdade de expressom nem de associaçom; a exploraçom laboral é enorme; as mulheres presas estam duplamente discriminadas, por presas e por mulheres; a situaçom médico-sanitária é catastrófica, já que a administraçom incumpre sistematicamente a sua obrigaçom legal de assegurar a igualdade de prestaçoms médicas e farmacéuticas entre a populaçom encarcerada e o resto de cidadás; moitos doentes graves ficam abandonados, sem diagnóstico nem tratamento algum, mas nom se aplica a legislaçom que permitiria excarceralos mais que quando já é seguro que vam morrer cedo; o tráfico de drogas ilegais está consentido e, além disso, proporciona-se aos presos todo o tipo de drogas legais adictivas sem controlo médico adequado; há muitas pessoas presas com doenças psiquiátricas que nom recebem os cuidados correspondentes, senãom que muitas delas vam parar ao regime de castigo; a mortalidade é moito maior que na rua, com frequênciam por causas como sobredoses, suicídio ou «morte súbita», com moitos falecimentos em circunstâncias estranhas e dudosas, nunca esclarecidas, pois nom se cumprem os trâmites legais nem se dá aos familiares a oportunidade dos exigir.

As pessoas presas estam indefesas em frente a todo isso e ante multitudine de decisoms das administraçoms carcelaria e judicial que lhes prejudicam. Os Serviços de Orientaçom e

Assistênciam Jurídica Penitenciária e a justiça gratuita som insuficientes. Os Tribunais de Vigilância Penitenciária, encarregados da «tutela judicial efetiva» dos direitos das pessoas presas, inoperantes. O poder punitivo do Estado exerce-se sem respeitar nenhum desses direitos que, em teoria, o justificam. Algumas pessoas presas estam a denunciar todas essas situaçoms que convertem em nada o princípio constitucional de que as condenas estejam orientadas à reinserçom social. Levam em vários anos fazendo jejuns e greves de fome para dar a conhecer umha táboa reivindicativa onde se enumeram e analisam muitas das vulneraçoms de direitos e tratos crueis, desumanos e degradantes que estam a sofrer. Justo no mês de outubro fizeram umha greve de fome coletiva, realizaram outra em maio e há umha nova convocatória do 10 ao 25 de dezembro. O eco mediático dessa atividade praticamente nom existiu, aparte do que quiseram dar-lhe, felizmente, algumas publicaçoms alternativas coordenadas com grupos libertários e associaçoms abolicionistas, garantistas ou defensoras dos direitos humanos. Umha difusom muitíssimo menor, por suposto, que a que apoiou incondicionalmente a propaganda da greve de funcionários públicos.

Eles querem «que se dignifique o trabalho dos funcionários públicos de prisons e se lhes valorize» e queixam-se de que nas condiçoms atuais nom podem levar a cabo a sua

*Algumhas pessoas  
presas levam em  
vários anos  
fazendo jejuns  
e greves de fome  
para dar a conhecer  
umha táboa  
reivindicativa  
onde se enumeram  
e analisam muitas  
das vulneraçoms  
de direitos e tratos  
crueis, desumanos  
e degradantes que  
estam a sofrer.*

*Durante o mês  
de novembro,  
arreciaram as  
provocações e as  
paliças à  
gente presa,  
tergiversadas  
ante os juízes nas  
correspondentes  
contradenúncias  
e publicadas em  
seguida nos meios  
como «umha nova  
agressom contra  
os funcionários  
públicos».*

«labor de reinserçom». Mas tanto na sua prática habitual como nas suas reivindicações e no seu modo de tenta-las impor demonstram que preferem continuar a ser uns profissionais da violência. De todas formas, a interpretação da radicalmente ambígua lei penitenciária que dá primacia aos critérios de segurança sobre o «princípio de reabilitaçom» consolidou-se nas sentenças dos mais altos tribunais. Os sindicatos carcelarios já tinham anunciado antes da greve —convocada a propósito em fim de semana, quando se realizam preferencialmente as visitas— que pretendiam colapsar as comunicações entre as pessoas presas e as suas famílias para que «os cidadás entendam a situaçom na que nos encontramos». É a forma mais habitual de atuar dos do seu grémio para pressionar à outra parte nos seus conflitos laborais: prejudicar todo o possível às pessoas presas e aos seus achegados, provocar-lhes para ver se se rebelam, justificando assim a represom e dando-lhes a razom no seu victimismo. Perderom-se visitas médicas, citas hospitalarias, turnos quirúrgicos, medicaçoms, curas, comidas, entrevistas com advogados, comparecimentos judiciais, permissos de saída, horas de passeio, atividades desportivas, culturais ou educativas... e, sobretudo, comunicações. Os seus piquetes bloquearom as entradas aos cárceres e coaccionando às pessoas que vinham de visita, impedindo-lhes entrar sequer aos

recintos, onde quiçá poderia ser atendidas polos serviços mínimos. Imaginem-vos que, após umha longa viagem, com o correspondente gasto, desejando abraçar a um ser querido preso que está a esperar com ansiedade a vossa chegada, os atopades cumha banda de guardians que, ainda que nom estam de serviço, com a sua prepotencia habitual, vos impedem o passo e inclusive vos ameaçam, baixo o olhar da garda civil ou da polícia, que assistem passivamente a esses comportamentos qualificados como delitos, cometidos ante as suas narizes.

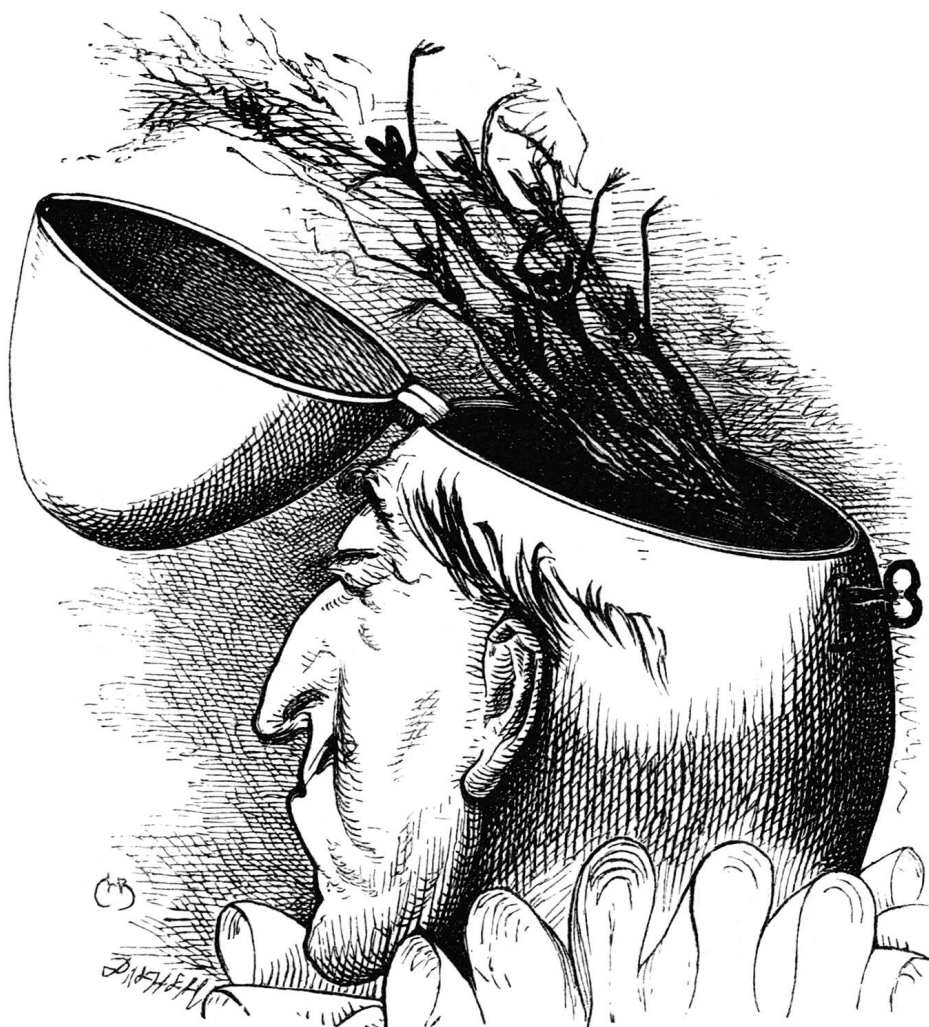
Asímesmo, durante o mês de novembro, arreciaram as provocaçoms e as paliças à gente presa, tergiversadas ante os juízes nas correspondentes contradenúncias e publicadas em seguida nos meios como «umha nova agressom contra os funcionários públicos». Como pode ser que aconteça isso? Em primeiro lugar, porque os poderes dominantes na sociedade espanhola, incluídos os que controlam os meios de comunicação, estam a favor da tortura e nom existe nenhuma vontade política da combater. E, além disso, porque, nos cárceres, as torturas e maus tratos produzem-se geralmente em locais onde nom há videovigilância nem testemunhas. E, se nom, des-troem-se as gravaçoms de video, perdem-se ou nom temhem a suficiente qualidade para ver o que aconteceu realmente. Enquanto as vítimas e testemunhas nom se atrevem a denunciar, por temor a re-

presálias, já que ficam a graça dos torturadores. Os médicos negam-se a estender os correspondentes partes de lesons ou minimizam-nos; os juízes costumam denegar as diligências de investigação que se lhes solicitam; a fiscalia opom-se a elas sistematicamente, e as denúncias resultam arquivadas na sua maior parte. Além disso, os carcereiros costumam denunciar à sua vez a quem maltrataram, acusando-lhes de «resistência», «desobediencia», «atentado» e lesons como torceduras de boneca, por manipular a porra com demasiado entusiasmo, dedos rotos, por causa de golpes mal dados, ou contusions, que se produzem ao chocar uns com

outros quando se lançam, dez contra um, sobre umha pessoa presa. Ainda por riba querem que se lhes considere «agentes da autoridade» para que as suas manifestaçõs gozem de «presunçom de veracidade» e as condenas contra os presos denunciados agravem-se consideravelmente.

De maneira que o que se vem a propor fundamentalmente nesta greve é umha defesa ainda mais fechada da impunidade na tortura dentro dos cárceres, que se valorize por esse mesmo facto a quem a exercem e que se lhes recompense por isso. Nós nom podemos menos que nos opor frontalmente a essa pretensom. Quereríamos

reunir a força suficiente, que só pode vir da autoorganizaçom das pessoas afetadas e a coordenaçom de esforços entre elas e com todas as pessoas e organizaçõs sensíveis a estes problemas. E desde este campo, além de que se remedien todas as demais vulneraçõs dos direitos das pessoas presas, o que cabe exigir prioritariamente é que se tomem medidas especiais para acabar com essa impunidade na prática da tortura, controlando em primeiro lugar, precisamente, aos funcionários públicos de prisons. Fariam falta açõs de moito maior alcance, —como, por exemplo, que a fiscalia e o resto do poder judicial atuassem realmente contra a tortura e os demais abusos—,



mas, mentres preparamo-nos para exigir aquelas, se nos ocorrem umha série de medidas concretas: que os médicos que estendem os partes de lesions sejam independentes das instituições penitenciárias; que nom tenha pontos cegos os sistemas de videovigilância; que seja fectivamente obrigatório guardar e entregar ao juiz as gravaçons de video; que estas levem também gravaçom de áudio; que se gravem igualmente as conversas através dos interfonos que ligam as celas com os funcionários públicos de guarda... Parece-nos bem mais urgente destinar a todo isso a quantidade necessária de dinheiro público que a gastar em subir-lhes o salário aos carceleros.

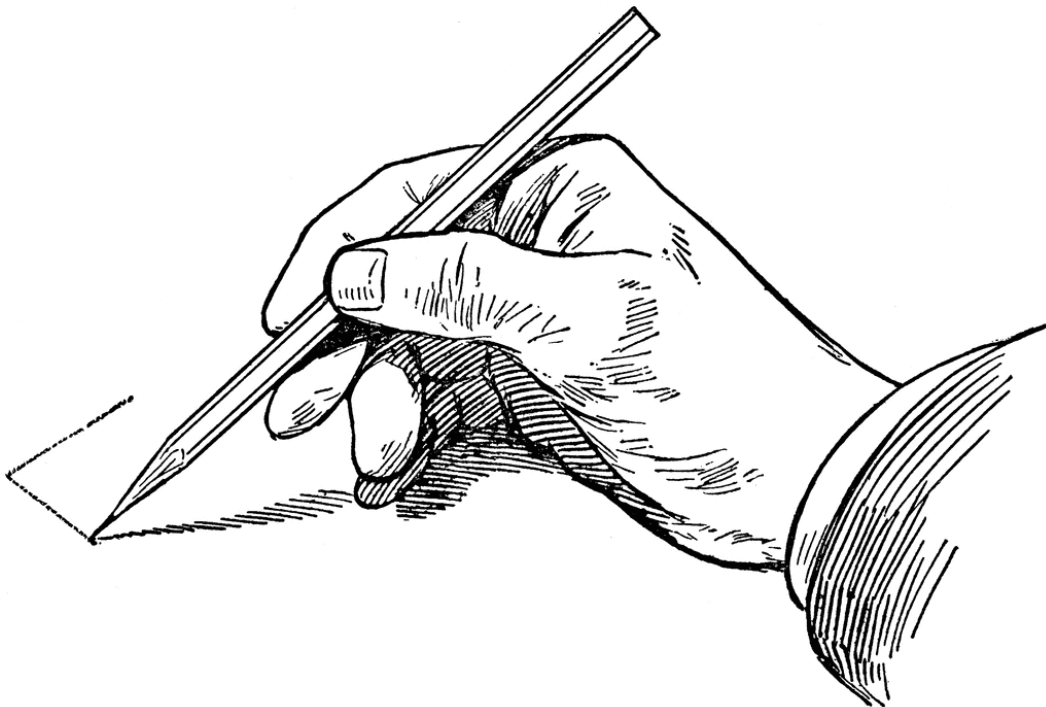
Em fim, os funcionários públicos de prisons exercem o seu direito fundamental à greve pisoteando, no mínimo, os direitos fundamentais das pessoas presas, dos seus familiares, amizados e advogados.

Apoiados por alguns sindicatos supostamente obreiristas, apresentam-se como «trabalhadores»,. Mas o que distinguuiu sempre à classe operária —lembremo-lo, agora que todo mundo quer pertencer à «classe média»— foi, precisamente, a solidariedade, de onde brotava a sua força para enfrentar às condições opresivas de dominaçom e exploraçom. E os carcereiros nom só som funcionários ativos dessa mesma opressom, senom que a sua atitude na defesa dos seus interesses laborais é profundamente insolidária. Com ela, vulneraram, entre outros, os nossos direitos à vida e à integridade física e moral, à saúde, à defesa jurídica, a nom padecer tratos crueis, desumanos e degradantes... Também nom ficaram garantidos os serviços mínimos, que praticamente nom se prestarom, nem se avisou adequadamente às pessoas afetadas dos que iam ficar restringidos pola greve. De todo isso som responsáveis

os funcionários públicos de prisons grevistas, os sindicatos convocantes e, em muitos aspetos, a Secretaria Geral de Instituiçons Penitenciárias.

Propomos, por tanto, às pessoas presas, familiares, amizados, advogados, etc. que se tenham visto prejudicados dalgum modo pola greve de funcionários públicos de prisons, polos seus abusos durante a mesma e pola negligência da administração penitenciária entablar coletivamente ações legais contra eles, polas vulneraçons dos nossos direitos, polas ações delituosas perpetradas contra nós e polos danos e prejuízos materiais e económicos que se nos têm causado.

Está claro que isto só seria o princípio dumha ação em comum de muito maior alcance. Quem vivemos dia-a-dia o que acontece nos cárceres sabemos o necessário que é que nos coordinemos para o enfrentar.



# NOVA GREVE DE FOME NAS PRISONS

**D**o 10 ao 25 de dezembro terá lugar umha nova greve de fome nos cárceres do estado espanhol. É a terceira greve de fome coletiva que tem lugar no que vai de ano. As reivindicações venhem recolhidas na seguinte táboa de 12 pontos.

## Revindicações

- O fim das torturas, agressões e tratos vexatórios, degradantes e da impunidade dxs carcereirxs na sua prática em todas as prisons do estado espanhol.
- A erradicação dos FIES, abolição do chamado regime especial de castigo, e fechamento absoluto dos departamentos de isolamento.
- Fim da dispersão dxs presxs.
- Que os serviços médicos nom estejam adscritos a Instituições Penitenciárias, se nom que sejam independentes delas.
- A aplicação imediata dos artigos 104.4 e 196 RP a todos xs enfermxs crónicxs sem que exista requisito de que entrem em fase terminal.
- Em relação aos enfermxs mentais exigimos que sejam tratadxs adequadamente em lugares apropriados para isso e nom nos cárceres.
- Que os programas com metadona, tratamentos psiquiátricos, etc. vão acompanhados de grupos de apoio, terapeutas, etc. Independentes das Instituições Penitenciárias.
- Que tenha abertura de investigação, esclarecimento e delimitação de responsabilidades por xs companheirxs mortxs nos cárceres do estado espanhol.
- Que as estruturas carcerárias abram as suas salas de aulas, oficinas, academias, etc.
- Acessos formativos e culturais para xs presxs que tratam de irrecuperáveis
- Que os módulos de respeito não sejam utilizados como montras.
- Que se deixe de cachear integralmente às famílias e amizades visitantes.
- Exigimos aos tribunais, forças de segurança do estado e repressorxs várixs que nom criminalizem a solidariedade entre pessoas.

*O fim das  
torturas,  
agressões e  
tratos vexatórios,  
degradantes e da  
impunidade dxs  
carcereirxs*

# «SOBREDOSSES» DE JUSTIÇA

**M**entres a maioria das pessoas seguem vivendo no mundo da des-informaçom, alguns estamos a ser testemunhas de como as torturas, assassinatos e cadeas perpétuas seguem existindo na Península Ibérica. Neste caso, para ser mais exatos, na Galiza, no centro penitenciário Teixeira.

Pedro Escudero Gallardo, com 22 anos às suas costas por vários centros de tortura (entrou para 11 anos), ainda lhe ficam 4 anos por cumprir. Há uns anos diagnosticou-se-lhe metástasis para o que ainda hoje em dia nom recebe tratamento nem operaçoms para quitar os tumores.

No passado mês de Janeiro, no dia do aniversário de Pedro, um grupo de mais de 6 torturadores aplicaram o protocolo de aniversário propinando-lhe umha malheira e metendo-o em isola-

mento com a correspondente denúncia cujo julgamento ia ser em Novembro, alegando agressom contra os torturadores com parte de lesoms no que figura um dedo roto e um esguince no nozelho.

Desde a sua estadia em isolamento o trato para este preso nom deixou de ir a pior com vários partes sem nenhum motivo, um cacheo na sua cela enquanto desfrutava da sua hora de pátio deixando uns óculos raiados e várias tentativas de provocaçom com frases como «tu vas durar pouco neste cárcere...».

No sábado 24 de Novembro (depois da revisom de grau) quatro torturadores, junto ao chefe de serviço, personarom-se na porta da cela de isolamento de Pedro, com umha notificaçom da Equipa Técnica, dizendo que aceitavam a petiçom de Pedro de seguir com a sua estadia em Teixeira. Os torturadores, equipados com chalecos, cascos, porras e escudo, sacarom a Pedro com grilhetas postas da cela, levando-o a um ponto morto do corredor, onde as câmaras nom podem ver nada, propinarom-lhe umha nova malheira e estrangularam-lhe até perder o conhecimento. Quando recuperou a consciência seguirom golpeando-lhe até o ponto de romper-lhe a dentadura. Para rematar a situaçom, ao finalizar levarom-no a umha cela onde se atopava umha cama com correias, o imobilizarom nela, outra ronda de golpes e ali o deixaram várias horas até que no turno de noite dos torturadores o desatarom e transladarom a outra cela que nom era a sua, só com a roupa que levava posta.



*No dia 10 de Janeiro de 2019 terá lugar o julgamento a Pedro pola primeira malheira recibida em Janeiro deste ano. Às 11:30 da manhã nos tribunais da Corunha haverá unha concentración em apoio polo que agradece-se toda a difusom e presenza.*



## CONTINÚA A MASACRE AO POBO MAPUCHE

O pasado 14 de novembro o xove comuneiro mapuche Camilo Catrillanca foi asasinado polas costas a mans de carabineros chilenos.

Camilo era un activista estudantil que loitaba pola defensa do seu pobo, membro da comunidade mapuche de Temucuicui (600 km ó sur de Santiago de Chile). No 2013, ós seus 17 anos, liderou unha toma estudantil na municipalidade de Ercilla como resposta ó constante aumento de militarización do Estado chileno en terras mapuches,

o que desenvocou 13 días despois nun acordo de creación dun liceo intercultural e un aumento de becas.

Mais no momento do seu asasinato non estaba tomando parte en ningunha actividade delictiva ou subversiva, simplemente conducía seu tractor cun mozo de 15 anos ó lado. O operativo policial, chamado “Comando Jungla”, que acabou coa súa vida tiña como misión atopar 3 coches roubados nunha escola de Ercilla e afirmaban que Camilo tiña relación con tal suceso, mais os membros da comunidade mapuche explican que os cara-

bineros entraron na localidade disparando ráfagas de bala sen provocación previa. Mais as mentiras da policía e as institucións non rematan aquí:

O día do seu asasinato un intendente afirmou que Catrillanca tiña antecedentes penais por roubo de automóbiles. Dous días despois desmentiu dicindo que non tiña antecedentes penais en absoluto.

O 17 de novembro os asasinados afirmaron que a operación non foi gravada en vídeo, máis o día seguinte o goberno anunciou que si foi recollida en vídeo pero foi destruído (xa que nunhas imaxes vese como

o carabineiro que ía diante levaba unha GoPro no casco).

Tamén hai probas que indican que cambiaron as municións de balins de goma por balas de chumbo antes de disparar. Ademais dous altos membros (o xefe de Orde e Seguridade e o prefecto das Forzas Especiais de La Araucanía) presentaron as súas renuncias, levando a pensar que podía tratarse dun homicidio.

O 27 de novembro deuse a coñecer un informe policial secreto no que constaba que Camilo estaba no punto de mira dunha unidade que fora disolta por falsificación, obstrución á investigación e asociación ilícita; pode que isto deberase non só ó seu activismo se non tamén porque se trataba do neto do lonko (xefe da comunidade mapuche) Juan Catrillanca.

Con todo isto, actualmente hai catro carabineiros imputados e en prisión preventiva por obstrución á xustiza e, dous deles, por homicidio.

Non se pode negar que tal nivel de investigación por parte das institucións débese en parte á gran mobilización da xente o día seguinte do asasinato de Camilo, enchendo as rúas de Santiago con fortes protestas de carácter estudantil pedindo dimisión do intendente e esclarecemento da súa morte ( cousas conseguidas), como resposta á petición da familia de Camilo.

Tras estes días semella que a loita mapuche estase visibilizando cada vez máis, dificultando que os sicarios do Estado saian impunes. Alédame ver que houbo unha maior resposta en comparación con asasinatos mapuches anteriores, pois co asasinato de Santiago Maldonado o ano pasado, se ben houbo gran resposta, deixaba un estraño sabor de boca ver que quizais a resposta foi tan grande porque se trataba dun rapaz branco arxentino en vez dun mapuche. Temos que ter coidado de non caer neste racismo “progre”, pois non é a primeira vez:

aconteceu tamén co caso de Ahed Tamimi, a palestina de 16 anos detida polo Estado de Israel que curiosamente ten a pel moito máis clara que outras rapazas que pasaron por situacións semellantes á súa pero cuxos casos non se difundiron da mesma maneira; ou o caso das traballadoras das frezas de Huelva violadas, que ó ser inmigrantes non recibiron para nada a mesma atención que o caso da Manada, etc.

Quero rematar cunhas palabras da comunidade mapuche de Antonio Peñepil, que fixo un chamamento ó seu pobo para rebelarse contra a acción xenocida do Estado chileno:

*“Esta morte só reafirma a nosa xusta loita como pobo polas terras usurpadas e que hoxe atópanse en poder de empresas forestais, descendentes de colonos, empresas turísticas, hidroeléctricas, salmoneiras e particulares que de forma irregular lograron a súa posesión.”*



# SOBRE ANARQUISTAS DE ULTRAMAR

XIAN NAIÁ

**A** *anarquistas de ultramar. Anarquismo, indigenismo, descolonización.* Este é o título do último livro do professor e ativista Carlos Taibo, publicado neste mesmo ano na editorial madrilenha de *Los Libros de la Catarata* e onde recolhe umha ampla série de investigações, de reflexões e de análises relacionadas com o anarquismo, com a(s) prática(s) libertária(s) e com alguns dos grupos e comunidades que têm compartilhado historicamente algum dos traços que caracterizam essas correntes.

Por concretizar, e por utilizar ideias que o próprio autor tem expressado sobre quais seriam essas características e práticas partilhadas, falamos do apoio

mútuo, da democracia e ações diretas e de projetos com relativo (no pior dos casos) anti-autoritarismo que ajuda, em origem, a posicionar-se na necessidade de fórmulas como a instituição Estado. Para mais centrar o tema, o livro atinge com considerável sucesso a aparição e ação de anarquistas (ou das suas ideias), as mais das vezes europeus, chegados a terras de ultramar. Primeiro à América do Sul, sobretudo, mas também, e depois, com grande expansão na Ásia.

Pode-se dizer que Taibo marca neste livro como um dos seus objetivos centrais, se bem não o único, contribuir para umha decisiva descolonização do discurso anarquista. Ele mesmo lembra nas primeiras páginas do ensaio que o

próprio anarquismo é tributário, ainda hoje, da cultura e os discursos da modernidade europeia e ocidental. Não podemos esquecer tampouco, como aponta no prólogo, que ainda com a necessidade da revisão e a crítica, o anarquismo foi, é, das propostas ideológicas surgidas na Ilustração a menos propícia a sucumbir a correntes de caráter eurocêntrico, assim como umha das mais preocupadas no campesinado e as suas condições de vida. A primeira, e ainda com mais intensidade a segunda destas ideias, são analisadas devagar nos nove capítulos em que se divide o livro.

Aponta o autor fundamentalmente duas ideias, as quais, do seu ponto de vista, viriam reformular os discursos atuais

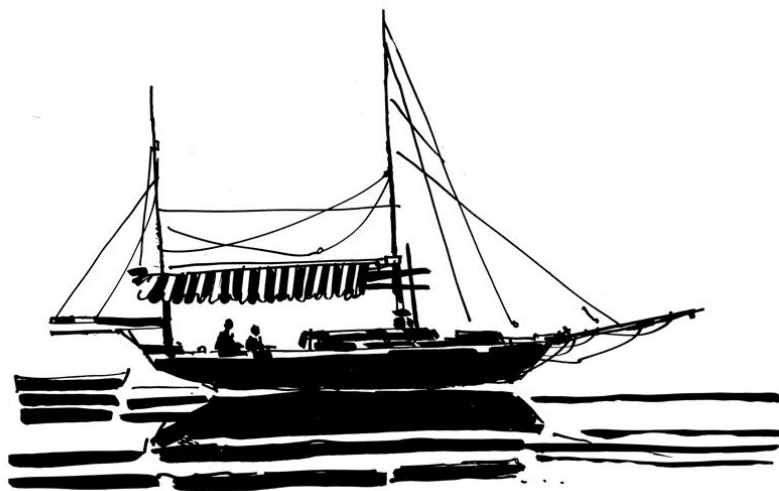
do movimento libertário. Estas ideias som, por um lado, a consecução dumha efetiva descolonização do atual movimento anarquista e, por outro, a hibridação deste junto com as práticas de comunidades ou povos indígenas, algum dos quais tratados com atenção em vários dos capítulos que conformam o livro. Semelha, para além disto, umha necessidade de justo reconhecimento e de necessária autocrítica.

Para além disto no texto apontam-se, em repetidas ocasiões, mais duas ideias fundamentais para umha renovação discursiva. A primeira, a maioritária presença de anarquistas, e especialmente de agentes do anarco-sindicalismo, em me-

dios urbanos. Tampouco nome se desatendem as relações destes anarquistas com as gentes do campo, que se bem eram menos do que com urbanitas, fôrom já dum começo, e em boa medida, mais atendidas do que noutras correntes políticas. A segunda, a total e abafante presença de figuras masculinas como representantes intelectuais e de ação do movimento. Cumpre aqui fazer fíncapé da importância central do papel das mulheres no chamado *anarcoindigenismo*, ou nas hibridações do anarquismo com muitas das comunidades indígenas estudadas.

Seria bem, como já se tem feito nalgumha outra ocasião (penso, por exemplo, em textos de

diferentes autoras em publicações como O Golpe e outras), começarmos a pesquisar sobre quantos e quais os interesses que, do *antagonismo político galego* (e podemos introduzir aqui o independentismo sociológico e boa parte do movimento libertário na Galiza), temos mostrado por práticas tradicionais autogeridas, non-institucionalizadas, etc., coincidentes com muitas das vinculadas a estes movimentos de resistência e antagonistas: os montes comunais, os concelhos abertos ou, também, o reconhecimento (e reapropriação) da língua galego-portuguesa e a sua dimensão (na Galiza) como ferramenta subversiva e de confrontação com o Estado.



Os dias 19, 20 e 21 contaremos na Galiza com Carlos Taibo apresentando o livro na Corunha às 20:00h no Ateneo Libertário Xose Tarrío, em Compostela às 20:00h na Gentalha do pichel e em Vigo às 21:00h no CSA A Cova dos ratos.

**Ardora**  
(s)edições anarquistas

EDITORA ANARQUISTA  
ARDORAEDITORA.INFO · ARDORA@BASTARDI.NET

 **Irmandade da costa**

XORNAL DIXITAL AIRMANDAEDACOSTA.INFO  
AIRMANDAEDACOSTA@RISEUP.NET